

O TRABALHO SOCIAL COM AS FAMÍLIAS.

Uma análise do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família- PAIF.
Um estudo bibliográfico.

Felipe Faria Brognoli¹
Sandra Antunes dos Santos²

RESUMO

A elaboração das políticas públicas no Brasil vem sofrendo transformações ao longo das últimas décadas. A Política de Assistência Social vem distanciando-se da tradição histórica do assistencialismo, da caridade, da distribuição de cestas de alimentos para a transferência de renda, dos atendimentos emergenciais para ações sistemáticas, planejadas, contínuas. Com a promulgação da Política Nacional de Assistência Social e a estruturação do Sistema Único de Assistência Social, implantou-se o Centro de Referência de Assistência Social, sendo que este executa um dos principais programas dessa política, o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF). Com essa referência, apresenta-se os resultados de uma pesquisa bibliográfica que se propôs analisar, na produção bibliográfica brasileira, em periódicos de psicologia e serviço social indexados na base de dados da *SciELO*, formas de execução e os resultados obtidos com a realização do PAIF, no período de 2009 a Setembro de 2015. A pesquisa foi realizada a partir das palavras-chaves “PAIF”, “resultados do PAIF”, “famílias atendidas no PAIF”. Identificou-se e localizou-se vinte e cinco artigos em seis revistas distintas, dos quais foram selecionados oito. As experiências realizadas com o PAIF foram através de grupos ou oficinas, apontam que o foco das ações socioeducativas suprem as necessidades das famílias atendidas no serviço e visam a garantia dos direitos de cidadania, apoiando as famílias no desempenho de sua função protetiva, num dado território,

Palavras-chave: Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família, trabalho social, família.

1 INTRODUÇÃO

A elaboração das políticas públicas no Brasil vem sofrendo transformações ao longo das últimas décadas, sendo que com a Política de Assistência Social não foi diferente. Esta vem distanciando-se da tradição histórica do assistencialismo, da caridade, da distribuição de cestas de alimentos para a transferência de renda, dos atendimentos emergenciais para ações sistemáticas, planejadas, contínuas e, como aborda Fulgheraiter (*apud* MIOTO, 2002), introduziu a perspectiva preventiva dessas situações, de promoção do bem-estar e da qualidade de vida; além disso, ampliou seu leque, visando atingir e trabalhar estados de sofrimento, exclusão, vulnerabilidade, discriminações, dentre outros.

A assistência social no Brasil, desde a Constituição Federal de 1988, baseia-se em um novo paradigma, o do direito social, à medida que passa a ser definida como política pública; logo, política de Estado independentemente de governos ou mesmo partidos políticos. As legislações que a regulamentaram posteriormente, como a Lei Orgânica de

¹Psicólogo, mestre em Antropologia Social pela UFSC, professor na Faculdade CESUSC

²Psicóloga, especialista em Psicologia Clínica pelo Instituto Granzotto. Professora no SENAC.

Assistência Social - LOAS (1993), Política Nacional de Assistência Social -PNAS (BRASIL, 2004) e Norma Operacional Básica- NOB/SUAS (BRASIL, 2005), concretizam essa nova dimensão e conseqüentemente realizam reordenamentos institucionais; definem e firmam responsabilidades; hierarquizam e territorializam a proteção social oferecida; definem formas de financiamentos, elementos de pactuação e de controle social.

A PNAS (BRASIL, 2004, p. 28), tendo como referência o PAIF, destaca a concepção de família que o rege e à política, definindo-a do seguinte modo: “estamos diante de uma família, quando encontramos um conjunto de pessoas que se acham unidas por laços consanguíneos, afetivos e/ou de solidariedade”; portanto, partem de uma visão ampliada de família. Reconhece, ainda, que “não existe família enquanto modelo idealizado, e sim família resultante de uma pluralidade de arranjos e re-arranjos estabelecidos pelos integrantes dessa família”.

Nessa perspectiva, o foco das ações socioassistenciais e socioeducativas deve ser as necessidades das famílias e a garantia dos direitos de cidadania, cujas propostas e ações perpassam o âmbito específico de uma política, para uma perspectiva intersetorial, integrada e articulada. Conforme a PNAS (2004), com as novas legislações da assistência social, como citadas acima, geram, de maneira geral, expectativas e demandas, por uma nova lógica de gestão, por mais recursos, por melhores condições de trabalho, mais profissionais contratados, capacitação, novas estruturas físicas, com a implantação de Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), dentre outros. Outra expectativa está relacionada às mudanças no processo de trabalho, no desenvolvimento de novas competências e saberes, dentre elas o trabalho social com famílias.

O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) não é novo, teve sua história mesmo antes da tipificação dos serviços Socioassistenciais, resolução 109. A resolução 109 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) tipifica os Serviços Socioassistenciais disponíveis no Brasil organizando-os por nível de complexidade do Sistema Único de Assistência Social: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade. (TIPIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS, 2009).

O PAIF tem suas raízes no início dos anos 2000, passando por modificações e aprimoramentos, inclusive de nomenclatura, retratando sua ressignificação no âmbito do Sistema Único de Assistência Social- SUAS. Em 2005, é instituído o Sistema Único de Assistência Social – SUAS, descentralizado e participativo, que tem por função a gestão do conteúdo específico da Assistência Social no campo da proteção social brasileira. Consolida o

modo de gestão compartilhada, o cofinanciamento e a cooperação técnica entre os três entes federativos que, de modo articulado e complementar, operam a proteção social não contributiva de seguridade social no campo da assistência social. Em 6 de julho de 2011, a Lei 12.435 é sancionada, garantindo a continuidade do SUAS. (Lei 12.435 de 6 de julho de 2011-SUAS).

A experiência de trabalho com famílias iniciou-se em 2001, com um projeto piloto, o Programa Núcleo de Apoio à Família - NAF. Como forma de expandir e qualificar essa experiência, em 2003, foi lançado o Plano Nacional de Atendimento Integral à Família – PAIF. Em 2004, o Plano foi aprimorado e adequado às diretrizes da Política Nacional de Assistência Social - PNAS, instituindo-se o “Programa de Atenção Integral à Família” (Portaria nº 78 de 08/04/2004), que se tornou a principal referência para o usuário do Sistema Único de Assistência Social - SUAS. Por meio do Decreto nº 5.085, de 19/05/2004, o PAIF tornou-se “ação continuada da assistência social”, sendo sua oferta obrigatória e exclusiva nos Centros de Referência de Assistência Social - CRAS.

Em 2009, com a aprovação da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, passou a ser denominado Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF. Essa mudança da nomenclatura corrobora o conceito de ação continuada, estabelecida pela Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS. PAIF foi concebido a partir do reconhecimento que as vulnerabilidades e riscos sociais, que atingem as famílias, extrapolam a dimensão econômica, exigindo intervenções que trabalhem aspectos objetivos e subjetivos relacionados à função protetiva da família e ao direito à convivência familiar.

De acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2009), nos dias atuais o PAIF é a “pedra basilar” da Assistência Social, devido sua relevância para essa Política pública, e por ser relativamente um serviço novo, este artigo tem como objetivo analisar o PAIF, suas formas de execução e resultados obtidos, através do trabalho social desenvolvido com famílias inseridas nesse serviço, no âmbito dos CRASs do Brasil. É uma pesquisa de cunho bibliográfico, fundamentado em artigos publicados a partir do ano de 2009. Este trabalho visa também explicar brevemente sobre a Política de Assistência Social, CRAS e quais suas funções, destacando o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família-PAIF.

2. A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Com a promulgação da Lei Orgânica da Assistência (LOAS), em Dezembro de 1993, afirmou-se o reconhecimento da Política Pública de Assistência Social sob responsabilidade do Estado. De acordo com o primeiro artigo da LOAS, “a assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas” . (LOAS, 1993; pg.07). Percorreu-se um longo caminho para se estruturar a Política. Em 2004, como marco na história foi aprovada a resolução nº 145 de 15 de Outubro, do Conselho Nacional de Assistência Social que aprova a Política Nacional de Assistência Social (PNAS).

A Política Nacional de Assistência Social rege-se pelos seguintes princípios democráticos: I – Supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica; II – Universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas; III – Respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade; IV – Igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais; V – Divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão. Sendo que realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, considerando as desigualdades socioterritoriais, visando seu enfrentamento, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais. (PNAS, 2004, pg 38).

Sob essa perspectiva, objetiva-se com a PNAS: prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e, ou, especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitem. Contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais, em áreas urbana e rural. Assegurar que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária. Os usuários da Política são cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no

mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social. (PNAS, 2004; pg 12).

A Política continuou evoluindo e em 2005 foi aprovada a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS) que trata do caráter do Sistema Único de Assistência Social- SUAS, funções da política pública de Assistência Social para extensão da proteção social brasileira, níveis de gestão do SUAS, instâncias de articulação, pactuação e deliberações que compõe o processo democrático de gestão do SUAS, financiamento, regras de transição. Em 2006 criou-se a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social (NOBRH/SUAS); esta por sua vez estabelece parâmetros gerais para a gestão do trabalho a ser implementada na área da Assistência Social, englobando todos os trabalhadores do SUAS, órgãos gestores e executores de ações, serviços, programas, projetos e benefícios da Assistência Social. Foi em 2009 com a deliberação da VI Conferência Nacional de Assistência Social como o tema de “Tipificar e consolidar a classificação nacional dos serviços socioassistenciais”.

Em 2009, publicou-se a resolução nº 109, com ela aprovada a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, ela organiza os serviços por nível de complexidade do SUAS, são elas: Serviços de Proteção Social Básica, Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade e Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade.

2.1 CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS

O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família- PAIF, do qual este artigo trata, está localizado na Proteção Social Básica, executado no Centro de Referência de Assistência Social- CRAS. O CRAS também é responsável por executar: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas. De acordo com as orientações técnicas do CRAS (2009), seu objetivo é prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidades e riscos sociais nos territórios, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, e da ampliação do acesso aos direitos de cidadania. A contrarreferência é exercida sempre que a equipe do CRAS recebe encaminhamento do nível de maior complexidade (proteção social especial) e garante a proteção básica, inserindo o usuário em serviço, benefício, programa e/ou projeto de proteção básica. (ORIENTAÇÕES TÉCNICAS DO CRAS ,2009; pg 23).

A equipe de referência do CRAS é constituída por profissionais responsáveis pela gestão territorial da proteção básica, organização dos serviços ofertados no CRAS e pela oferta do PAIF. Sua composição é regulamentada pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS - NOB-RH/SUAS e depende do número de famílias referenciadas ao CRAS, conforme: Até 2.500 famílias referenciadas; dois técnicos com nível médio e dois técnicos com nível superior, sendo um assistente social e outro preferencialmente psicólogo; 3.500 famílias referenciadas, são três técnicos com nível médio e três técnicos com nível superior, sendo dois assistentes sociais e preferencialmente um psicólogo; 5.000 famílias referenciadas, são quatro técnicos com nível médio e quatro técnicos com nível superior, sendo dois assistentes sociais, um psicólogo e um profissional que compõe o SUAS. O CRAS tem como principal ação executar o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), sendo este o foco do presente artigo. (ORIENTAÇÕES TÉCNICAS DO CRAS, 2009; pg 53).

2.2 PAIF E O TRABALHO SOCIAL COM AS FAMÍLIAS

De acordo com as orientações técnicas do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF (2012) volume 1, página 11, o objetivo é “prevenir situações de risco social, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários”. Ou seja, atua de forma preventiva, protetiva e proativa, reconhecendo a importância de responder às necessidades humanas de forma integral, para além da atenção a situações emergenciais, centradas exclusivamente nas situações de risco social. Destaca-se que o PAIF tem por função “apoiar” a família no desempenho de sua função protetiva, num dado território, caso as famílias tenham o desejo de fortalecer sua capacidade protetiva. Logo, o trabalho social com famílias do PAIF não tem como objetivo “obrigá-las” a cumprir tal papel protetivo.

Conforme a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, (2009) o PAIF é baseado no respeito à heterogeneidade dos arranjos familiares, aos valores, crenças e identidades das famílias. Fundamenta-se no fortalecimento da cultura do diálogo, no combate a todas as formas de violência, preconceito, de discriminação e de estigmatização nas relações familiares. Assim nesse sentido realiza ações com famílias que possuem pessoas que precisam de cuidado, com foco na troca de informações sobre questões relativas à primeira infância, à adolescência, à juventude, ao envelhecimento e deficiências, a fim de promover espaços para a troca de experiências, expressão de dificuldades e reconhecimento de possibilidades.

(Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, 2009.) Tais ações têm como finalidade contribuir para “cuidar de quem cuida”. O objetivo é oferecer às famílias, que possuem membros que necessitam de cuidados, espaços de socialização das experiências vividas, de elaboração de meios de enfrentamento de dificuldades e de reconhecimento de potencialidades, de modo a preservar e fortalecer o convívio familiar e social. Tais ações também devem ter por foco a troca de informações sobre as formas de cuidar de pessoas dependentes, bem como a formação, identificação e potencialização de redes de apoio às famílias que vivenciam essa experiência.

De acordo com as orientações técnicas do PAIF vol. 1 (2012), o trabalho social com famílias, assim, apreende as origens, significados atribuídos e as possibilidades de enfrentamento das situações de vulnerabilidade vivenciadas por toda a família, contribuindo para sua proteção de forma integral, materializando a matricialidade sociofamiliar no âmbito do SUAS.

Conforme Orientações Técnicas sobre o PAIF vol. 1 (2012), o serviço deve atender todas as famílias em situação de vulnerabilidade social do território, mas as ocorrências de determinadas situações que atingem algum de seus membros podem ser um indicador de que a família demanda um olhar peculiar, tais como: Famílias com integrantes sem a devida documentação civil; Famílias com vínculos fragilizados entre pais e filhos de 0 a 6 anos; Famílias com jovens de 15 a 17 anos, com defasagem escolar e com frágil ou nulo acesso a serviços socioassistenciais e setoriais de apoio; Famílias com adolescentes grávidas, com precárias condições para prover seu sustento; Famílias que não conseguem garantir a segurança alimentar de seus membros; Famílias com denúncias de negligência a algum de seus membros; Famílias com episódios pregressos de violência entre seus membros adultos; Famílias com episódios pregressos de violência contra criança/adolescente (abuso sexual, violência física ou violência psicológica); Famílias que tiveram criança/adolescente em abrigo, casa-lar ou família acolhedora; Famílias com integrante egresso de situação de tráfico de seres humanos; Famílias com integrante egresso de situações análogas a trabalho escravo; Famílias com um ou mais integrantes desaparecidos, falecidos, internos ou egressos do sistema prisional, com especial atenção às internas gestantes e nutrízes; Famílias com integrante com história de uso abusivo de álcool e outras drogas. Famílias com pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas que vivenciam situações de vulnerabilidade e risco social.

O PAIF deve atentar, também, para o atendimento das famílias com idosos e pessoas com deficiência com vínculos familiares fragilizados, sem acesso a serviços de cuidado e apoio, com reduzida capacidade de autonomia, sem condições de autossustentabilidade e

outras situações que apontem a vivência de vulnerabilidade social. O atendimento destas famílias pelo PAIF é essencial, pois estes grupos familiares podem experimentar sentimentos dolorosos e conflitantes, como medo e frustração no que concerne às possibilidades de cuidado e bem-estar que podem oferecer às pessoas com deficiência, podendo requerer a dedicação integral ou ocasionar situações de isolamento de todo o grupo familiar. Isto pode reforçar os padrões de superproteção, fazendo com que a deficiência seja superdimensionada em detrimento das capacidades e aptidões da pessoa com deficiência. (Orientações Técnicas do PAIF, vol. 1, 2012).

Segundo as Orientações Técnicas do PAIF, vol. 2 (2012) às ações que compõem o PAIF são: acolhida, oficinas com famílias, ações comunitárias, ações particularizadas e encaminhamentos. Magalhães, Silva e Oliveira (2012), discutem que o PAIF não se limita a um programa com periodicidade determinada, mas é um serviço continuado.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

A presente pesquisa é de cunho bibliográfico. A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. (FONSECA, 2002, p. 32).

A pesquisa caracteriza como pesquisa exploratória também, conforme Gil (2007), esta proporciona maior familiaridade com o problema (explicitá-lo) ou construir hipóteses. A grande maioria dessas pesquisas envolve: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que estimulem a compreensão (GIL, 2007). Essas pesquisas podem ser classificadas como: pesquisa bibliográfica e estudo de caso (GIL, 2007).

Estabeleceu-se como objetivo analisar, na produção bibliográfica e periódicos de psicologia brasileiros indexados na base de dados da *Scielo*, o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família- PAIF, suas formas de execução e resultados obtidos com as famílias atendidas, no período de 2009 a Setembro de 2015. O critério do período de publicação dos artigos estipulado a partir do ano de 2009 a Setembro de 2015, justifica-se pelo fato de que o serviço de PAIF foi regulamentado em 2009, pela Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.

O presente estudo apoia-se em pesquisa de natureza qualitativa. Esta é definida por Goldenberg (1997) como uma pesquisa que não se preocupa com representatividade

numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc. (GOLDENBERG, 1997, p. 34). Os pesquisadores que utilizam os métodos qualitativos buscam explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito, mas não quantificam os valores e as trocas simbólicas nem se submetem à prova de fatos, pois os dados analisados são não-métricos (suscitados e de interação) e se valem de diferentes abordagens. Na pesquisa qualitativa, o cientista é ao mesmo tempo o sujeito e o objeto de suas pesquisas. O objetivo da amostra é de produzir informações aprofundadas e ilustrativas: seja ela pequena ou grande, o que importa é que ela seja capaz de produzir novas informações (DESLAURIERS, 1991, p. 58). A pesquisa qualitativa preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais. Para Minayo (2001), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. As características da pesquisa qualitativa são: objetivação do fenômeno; hierarquização das ações de *descrever*, *compreender*, *explicar*, precisão das relações entre o global e o local em determinado fenômeno; observância das diferenças entre o mundo social e o mundo natural; respeito ao caráter interativo entre os objetivos buscados pelos investigadores, suas orientações teóricas e seus dados empíricos; busca de resultados os mais fidedignos possíveis; oposição ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências. (MINAYO, 2001, p. 14).

O presente artigo pertence a modalidade de pesquisa bibliográfica, baseada em periódicos de psicologia indexados nas bases de dados *Scielo*. A pesquisa foi realizada a partir das palavras-chaves: “PAIF”, “resultados do PAIF”, “famílias atendidas no PAIF”, e os artigos foram selecionados a partir do critério de que as produções escritas brasileiras tenham sido desenvolvidas no período de 2009 a Setembro de 2015. Identificou-se e localizou-se vinte e cinco artigos relacionados às palavras-chaves supracitadas em seis revistas de Assistência Social, Psicologia e Serviço Social: 1 –*Revista Jornada*; 2 - *Revista Eletrônica de Psicologia e Políticas Públicas*; 3 - *Textos & Contextos* – ; 4 - *Serviço Social- Revista de Londrina* 5 - *Psicologia em Estudo* e 6 - *Psicologia, Reflexão e Crítica*. Oito destes artigos foram selecionados após a realização da leitura flutuante dos textos. Determinou-se como critério de seleção, que o artigo tivesse analisado ações do PAIF, que trouxesse na discussão os resultados obtidos com as famílias atendidas no serviço.

A pesquisa bibliográfica concentra-se no levantamento da bibliografia referente ao assunto que se deseja estudar, e, nesse caso em especial, buscou-se fundamentos/evidências

dos resultados obtidos através da execução do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família- PAIF. Para a organização das informações contidas nas publicações científicas encontradas, foram seguidos os passos preconizados por Minayo (1993): leitura flutuante dos artigos, com o objetivo de estabelecer o primeiro contato com os instrumentos de pesquisa, identificando o objeto, os objetivos do estudo e os seus resultados. Posteriormente, os dados foram registrados sob a forma de fichas de leitura.

4 RESULTADOS

Nascimento e Lorentz (2011), publicaram uma experiência que tiveram no Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família- PAIF, no CRAS de Vitória Região Consolação, uma oficina com mulheres. Esta oficina visou atender às mulheres moradoras da área de abrangência deste CRAS em situação de vulnerabilidade social e, segundo preconiza o MDS, prioritariamente beneficiárias do Programa Bolsa Família. Propôs uma metodologia participativa permitindo aos usuários uma atuação efetiva no processo educativo, valorizando seus conhecimentos e informações. A oficina objetivou: contribuir para a prevenção e o enfrentamento de situações de vulnerabilidade e risco social; fortalecer os vínculos familiares e comunitários; promover aquisições sociais às famílias, fortalecer o protagonismo e a autonomia das famílias e comunidades, refletir sobre afetividade e sexualidade; refletir sobre a maternidade e paternidade responsável; sensibilizar para a importância do planejamento familiar; fortalecer a figura feminina de cada participante (protagonismo); apoiar as participantes nas trocas de experiências cotidianas (frustrações e/ou êxitos). O CRAS de Consolação buscou desenvolver essa oficina e discutiu vários temas com as essas mulheres como: relações de gênero, sexualidade, afetividade, família e cidadania. A avaliação com elas apontou que obteve-se o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, acesso aos serviços e articulação da rede socioassistenciais, adesão as atividades desenvolvidas pelo poder público além do fortalecimento do protagonismo, melhoramento da auto-estima. Mães refletiram sobre a importância de seu papel e reconheceram a participação de cada uma na construção dos seus filhos.

Pertele e Moreira (2011), contribuem com a presente pesquisa bibliográfica, apresentam uma experiência com um coletivo de mulheres na região Grande São Pedro, município de Vitória – Espírito Santo, onde era marcado por várias formas de violência. Através do PAIF, criaram um grupo que intitulou-se de Mulheres Unidas Contra a Violência. O grupo teve como objetivo ser um dispositivo de enfrentamento à violência contra a mulher,

e um mecanismo de fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e aliançamento com movimentos sociais produtores de resistência, propiciando a ressignificação nesse espaço, o sentido de estarem juntas lutando contra a violência, presente no cotidiano local e no atravessamento das suas vidas.

Para Pertele e Moreira (2011), executar a PNAS, em seu caráter preventivo, como uma condição de acesso a direitos e cidadania, implica considerar a necessidade de utilização desses espaços de encontro como estratégia básica para a formação de redes solidárias, geradoras de saúde e aberta aos possíveis modos coletivos de luta que se colocam na vida. No grupo de mulheres, ao relatarem suas histórias e perceberem os sofrimentos narrados e superados, permitiu-se romper também com a naturalização da violência na percepção da relação desigual de poder entre homens e mulheres, por exemplo, na fala de uma participante do MUCAV: *“Eu via minha mãe 3 horas da manhã acordando e preparava tudo para o meu pai. Colocava lenha pra queimar e fazia o café e marmitta dele. Só quando tudo estava pronto, às 6 horas da manhã, ela o acordava para ir trabalhar. E ele batia nela e dizia que ela não podia chorar, porque mulher que apanha e chora é vagabunda. E ela aguentava tudo. Eu me revoltei muito com aquilo e prometi que comigo ia ser diferente. Mas ainda não é.”* (Participante do MUCAV, 2011).

Pertele e Moreira (2011), destacam os resultados obtidos com esse grupo do PAIF: abriram-se possibilidade de resignificar certos conceitos e construir outros sobre a percepção da experiência de ser mulher numa sociedade patriarcal, considerando também a reprodução da violência como produção relacional, tanto exercida pelo homem como pela mulher, apesar da evidente desigualdade de poder. Outro resultado importante, foram os debates sobre as diretrizes das Conferências da Mulher e da Assistência Social e participação, como delegadas, de representantes do MUCAV, também a nível estadual. Foi trabalhado o entendimento das leis que estavam sendo propostas, assim como suas deficiências na aplicação prática, como por exemplo, a debilidade do funcionamento da Delegacia das Mulheres em Vitória. Também a falta de um abrigo que protejam as mulheres vítimas de violência e comecem um processo de reinserção social delas. Desta forma, as mulheres identificaram-se como coletivo, MUCAV, para denunciar as violências diárias que ocorrem no bairro, sentindo maior proteção por se exporem enquanto um grupo e não individualmente. As mulheres do MUCAV continuam se reunindo e se formando para levantarem a voz e dizer que “Em briga de marido e mulher, está na hora de meter a colher”, e tomarem as rédeas para a transformação social a que todas almejam.

Magalhães, Silva e Oliveira (2012), analisaram as ações do PAIF ofertadas nos CRAS de Álvares Machado e Regente Feijó – São Paulo, que visavam o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários a fim de evitar a violação de direitos no contexto familiar e na comunidade. Através de uma pesquisa de campo, constatou-se que o PAIF ofertado no CRAS da Zona Norte do município de Álvares Machado, acompanha 212 beneficiários do Programa Bolsa Família; 125 adolescentes (sendo 17 beneficiários do programa Ação Jovem); 82 famílias beneficiárias do Renda Cidadã; 31 idosos e 36 pessoas com deficiência beneficiários do BPC. Através do PAIF, são oferecidas oficinas Balet, curso de Biscuit, ginástica para os idosos. Ressalta-se também o trabalho desenvolvido pelos profissionais da equipe do PAIF com os grupos que tem o objetivo de fortalecer a convivência e os vínculos familiares dos sujeitos atendidos uns com os outros, com sua família. Nota-se que a maior parte desses grupos de PAIF são referenciados às mulheres dessas famílias em situação de vulnerabilidade, pois estas se mostram mais participativas e receptivas em relação as atividades propostas. Existem os grupos do PAIF: “Maria flor”, “Menina mulher”, “Mulheres em ação”, voltados para mulheres em situação de vulnerabilidade, vínculos familiares e/ou comunitários fragilizados, mulheres jovens que foram mães ainda na fase da adolescência e que são chefes de suas famílias. O “De bem com a vida” que é destinado aos idosos atendidos pelo CRAS de todos os bairros referenciados e “Amor e CIA”. Sempre tem alguma atividade nesses grupos, porém com o objetivo de fortalecer os vínculos familiares, são promovidas discussões para reflexão de diversos temas de acesso a direito e cidadania. O grupo “Arco Iris” também é desenvolvido pela Educadora Social com o apoio da estagiaria de Serviço Social com crianças de 3 a 6 anos de idade com atividades socioeducativas e explorando de forma ampla o lúdico dessas, de forma a complementar as ações de proteção e desenvolvimento das crianças e o fortalecimento dos vínculos familiares e sociais.

De acordo Magalhães, Silva e Oliveira (2012), através da entrevista realizada pode-se afirmar com a equipe técnica o PAIF do CRAS zona norte de Álvares Machado tem alcançado seus objetivos de desenvolver sua atuação perante as famílias atendidas estratégias para estimular e potencializar as mesmas neste processo longo e delicado de autonomia por meio de diversas atividades, tais como: os grupos de convivência e fortalecimento de vínculos, passeios (lazer), oficinas, eventos para população, atendimento individual, visita domiciliar, discussões e reflexões de diversas temáticas em grupo de famílias nos grupos do PAIF.

De acordo com a pesquisa realizada de Magalhães, Silva e Oliveira (2012), no CRAS de Regente Feijó (Vila Assunção), São Paulo, estão referenciadas ao CRAS cerca de 230 famílias, sendo 80 atendimentos por semana por meio de grupos de convivência, orientação e Encaminhamentos e PAIF. Na realização do Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família- PAIF, o CRAS realiza ações que visam o fortalecimento da família e dos vínculos com a comunidade, o acesso aos benefícios e programas de transferência de renda. Para isso o CRAS realiza Encontros de Fortalecimento de Vínculos com as Mulheres por meio da metodologia para o autodesenvolvimento. São cinco grupos do PAIF com uma média de quinze mulheres por grupos, onde quatro deles são realizados semanalmente e um deles a cada quinze dias. No grupo são trabalhados conteúdos que visam fortalecer a capacidade das mulheres. Busca-se trabalhar a capacidade dos usuários em transformar suas vivências e a partir disso, desenvolver suas próprias potencialidades e exercer a cidadania. As discussões envolvem temas da realidade em que vivem, a necessidade de mudança ou escolhas por meio de dinâmicas e atividades realizadas em casa com os demais membros da família. Conclui-se assim o trabalho de PAIF no CRAS de Regente Feijó, embora instalado recentemente tem conquistado o fortalecimento de vínculos e conseguido com que as famílias construam sua própria autonomia. Vem proporcionando o desenvolvimento das potencialidades e o fortalecimento da capacidade protetora da família evitando violação de direitos. Diante do que foi apresentado durante este artigo, onde buscou-se conhecer o trabalho do CRAS em relação ao fortalecimento de vínculos familiares fragilizados tomando por base de pesquisa os CRAS dos municípios de Álvares Machado e Regente Feijó, pode-se concluir que a realização de um trabalho socioeducativo com estas famílias é um caminho de possibilidades para se conhecer e realizar trabalhos viáveis ao contexto e demanda vivenciada por cada família, fortalecendo seus vínculos, oferecendo lugar para exercer a cidadania.

Outra pesquisa que evidencia as contribuições que o PAIF tem com as famílias, é a experiência de atuação que é descrita pela autora Sheila Giardini Murta, publicado pela revista *Repsipp* em 2009. A experiência foi conduzida por profissionais de psicologia e serviço social, junto a um grupo de nove adolescentes, e baseou-se nos estudos sobre resiliência. Executou-se uma oficina no CRAS de uma cidade do entorno de Goiânia. A oficina do PAIF era psicoeducativa, sendo que foram realizados dez encontros, que buscou fortalecer fatores de proteção individuais, como auto-conceito positivo, habilidades sociais e habilidades saudáveis de enfrentamento às demandas da vida cotidiana. (MURTA, 2009). Estes adolescentes eram provenientes de famílias de baixa renda, residiam em um bairro considerado violento na cidade. Os temas-geradores foram autoconceito; auto-estima; história

pessoal; *locus* de controle interno e estratégias saudáveis de enfrentamento focado no problema e na emoção; função dos sentimentos; formas de comunicação violenta e abuso psicológico; expressão assertiva de sentimentos *versus* expressão passiva ou agressiva; dar *feedback* para o colega; receber *feedback* do colega; enfrentamento à pressão grupal para comportamentos de risco à saúde na adolescência; desejos gerais para o futuro; preferências profissionais para o futuro; direitos da criança e do adolescente; violência percebida na comunidade; fatores de proteção presentes em si mesmo, na família, na escola, no PETI e na comunidade; criminalidade e potencial para mudança ao longo da vida; construção da masculinidade e feminilidade e riscos associados ao estereótipo masculino e feminino; relações de namoro na adolescência e projeto de vida. De acordo com Murta (2009), utilizou-se varias técnicas, jogos, dinâmicas de grupo, filmes e músicas. Os resultados da oficina foram detectados pela observação direta e sistemática do comportamento verbal dos participantes frente ao grupo, permitindo identificar diversos indicadores positivos: adesão ao grupo (ex.: participação nas atividades propostas), auto-revelações de problemas (ex.: menção ao pai alcoolista e ao sofrimento familiar decorrente disto), percepção de recursos (ex.: estudar pode ser um caminho para se ter a profissão que se quer ter), reconstrução dos vínculos entre eles (ex.: inclusão no grupo de uma participante antes discriminada) e fortalecimento do senso de identidade (ex.: identificação de preferências pessoais e desejos). Afirma-se que os fatores de proteção familiares e comunitários foram explorados nesta intervenção.

Trzinski, Veiveberberg, Favero e Pinheiro (2010) apontam em seu artigo, que analisou os principais avanços ocorridos na vida das famílias que participam das ações socioeducativas desenvolvidas pelos CRAS, em especial no PAIF, na cidade de Saltinho-SC. Os procedimentos metodológicos usados foram: levantamento e análise de bibliografia sobre o Sistema Único de Assistência Social; entrevistas semiestruturadas com as famílias incluídas no PAIF e programa Bolsa Família e participantes do grupo socioeducativo cujo nome é “Família Unida”. A amostra pesquisada foi composto de 50 famílias, incluídas no Programa Bolsa Família, acompanhadas pelo PAIF. Realizou-se entrevistas com uma parcela representativa dos integrantes do programa PAIF do município de Saltinho-SC.

Trzinski, Veiveberberg, Favero e Pinheiro (2010), percebem que há confirmação da tendência histórica da função da mulher é de ficar aos cuidados das atividades domésticas e do apoio afetivo, as participantes dos grupos socioeducativos do PAIF de Saltinho ainda predominam. Os indicadores do perfil das famílias entrevistadas: a predominância do seguinte

perfil: mulher, com idade acima de 46 anos, com mais de 4 filhos, agricultoras, sem renda fixa, com baixa escolaridade, vivendo em situação de vulnerabilidade social.

Trzinski, Veiveberberg, Favero e Pinheiro (2010), apontam que as famílias de Saltinho gostam de participar dos grupos socioeducativos. O período em que estão participando das reuniões se torna um momento de descontração, de fala, de troca de experiências e saberes, talvez o único momento em que podem expressar seus sentimentos, suas angústias, seus problemas, suas necessidades. Desta forma, evidenciou-se que as ações desenvolvidas pelo PAIF de Saltinho-SC compactuam com as ideias de Santos (2006) ao apontar que a metodologia do trabalho com família, utilizada por profissionais, deve permitir uma construção coletiva de conhecimento, e não de imposição:

[...] trazer um novo significado para o trabalho realizado pelos profissionais que atuam na Política de Assistência Social. [...] trata-se de uma metodologia que busca romper com as palestras informativas que, por muito tempo, foram utilizadas, mas em pouco contribuíram para a vida das pessoas atendidas [...] seja estabelecida uma relação de horizontabilidade, permitindo a construção coletiva de conhecimentos. Esta relação permitirá a liberdade de expressão, facilitando que os participantes se reconheçam enquanto sujeitos políticos com direitos e deveres e que busquem, coletivamente, estratégias para garanti-los (SANTOS, 2006, p. 11).

Trzinski, Veiveberberg, Favero e Pinheiro (2010), salientam que no município de Saltinho, após a implantação do CRAS, vários cursos foram disponibilizados em parceria com outros órgãos como EPAGRI, SENAC. Uma das possibilidades foi a realização de oficinas que buscou a profissionalização das famílias e a consequente inserção no mercado de trabalho. Questionadas se percebem mudanças em suas vidas após a implantação do CRAS no município e a execução do PAIF, elas apontaram que a principal mudança aconteceu a partir da participação delas nos grupos socioeducativos, pois “é por meio dos grupos socioeducativos que são repassadas informações necessárias às famílias. O grupo é, também, um espaço de apoio mútuo, estimulado pelos próprios técnicos” (CARVALHO et al., 1998, p. 52). Outras mudanças foram apontadas pelas famílias: mais acesso à informação; atendimento mais especializado. As reuniões de que participam mensalmente são vistas como um espaço de aprendizado pessoal e familiar porque elas acabam socializando as informações recebidas aos membros da família. As reuniões do PAIF realizadas com as famílias em situação de vulnerabilidade social vêm sendo reconhecidas como um espaço de trabalho amplo e eficiente para a melhoria de vida das próprias famílias, bem como para solução de conflitos familiares, o que está em consonância com os objetivos da NOB/SUAS (2005). Santos (2006, p. 10), em relação ao CRAS, aponta: “[...] é a oferta pública de uma rede continuada de serviços que garantem oportunidades para a construção, restauração e fortalecimento de laços de

pertencimento e do exercício capacitador e qualificador dos vínculos pessoais e sociais de vida em sociedade”.

Desta forma, o PAIF de Saltinho vem cumprindo com as exigências das legislações, uma vez que busca a solução de problemas familiares, atuar no fortalecimento de laços familiares; valorizar as famílias em sua diversidade, valores, cultura, história, demandas e potencialidades, destacando sua autonomia. Visualizou-se que o CRAS de Saltinho trouxe mudanças significativas na vida das famílias; mudanças estas que foram observadas pelos sujeitos a longo prazo. As famílias que participaram das ações socioassistenciais apontaram que recebem informações, orientações, demonstrando que o profissional, através da ação educativa, interfere na ação dos sujeitos, bem como no seu modo de pensar e agir. Essa informação é repassada aos demais membros da família, ampliando, assim, conhecimentos.

Sanvezzo, Sperandio, Lima, Carneiro, Batista (2014), apresentaram no seu artigo as contribuições que o PAIF propicia no cotidiano dos sujeitos que o qual atende. No CRAS do bairro Parque dos Pinheiros, no Município de Álvares Machado, um território marcado por diversas vulnerabilidades. Para a realização do respectivo estudo foi utilizada pesquisa bibliográfica e de campo, de cunho quantitativo e qualitativo, a qual permitiu que fosse possível se aproximar da realidade posta no território no qual foi realizado a pesquisa. Para a realização da pesquisa de campo, os sujeitos entrevistados foram os responsáveis das crianças e adolescentes que estão inseridos no serviço de PAIF e foram entrevistadas com perguntas semi-estruturadas. Após a realização da pesquisa foi possível notar que o PAIF exerce grande influência no território, e contribui para a superação de situações de vulnerabilidade social que essas famílias vivenciam em seu cotidiano. Por fim foi possível concluir que é de extrema importância a realização de um trabalho social com as famílias dessas crianças e adolescentes, promovendo assim o acesso aos direitos sociais a qual tem direitos. As oficinas do PAIF foram avaliadas pelas autoras Sanvezzo, Sperandio, Lima, Carneiro, Batista (2014), como uma excelente ferramenta para o exercício da cidadania e o desenvolvimento das potencialidades dos sujeitos atendidos.

O trabalho executado pelo PAIF consegue realizar a prevenção de futuras violações de direitos, desde uma evasão escolar até mesmo uma fragilização de vínculos sociais e comunitários; conseguiu desenvolver o exercício da cidadania com seus sujeitos através de acesso à cultura, esporte, lazer, entretenimento, direitos sociais, entre outros. Executou-se parceria com toda a rede socioassistencial presente no território e garantindo assim que o usuário tenha pleno acesso a seus direitos. As autoras citam que ocorreu articulação com a rede, e ela se materializa, por exemplo, nas reuniões de micro rede, a qual os responsáveis de

cada serviço debatem sobre situações emergenciais, e melhorias nas ações desenvolvidas no território. Sanvezzo, Sperandio, Lima, Carneiro, Batista (2014), concluem na pesquisa que as crianças e adolescentes que foram acompanhadas pelo PAIF conseguiram desenvolver suas potencialidades, praticaram o exercício da cidadania – através dos direitos que lhes são assegurados – e foi realizado ações com caráter preventivo de futuras violações de direitos.

Lolis e Mikito (2012) corroboram com as discussões do presente artigo, destacam em um estudo no qual foi desenvolvido em uma comunidade de alta vulnerabilidade social e que conviviam com diversas situações de violência. A pesquisa teve por objetivo discutir sobre a importância da intervenção com a família, no programa do PAIF, para o fortalecimento dos vínculos familiares no enfrentamento da violência contra a criança e o adolescente. Sendo esta uma pesquisa qualitativa, realizada no âmbito do trabalho de uma das equipes em Londrina, Paraná. Realizou-se com as famílias acompanhadas oficinas, grupos, reuniões, oficinas de esportes, atividades lúdicas e, paralelamente, acompanhava-se as famílias das crianças e adolescentes mediante visitas e atendimentos domiciliares.

Lolis e Mikito (2012), constataram em sua pesquisa, que as relações de violência nas famílias decorriam de sua vivência, da aprendizagem e de sua realidade de extrema vulnerabilidade social. Nos encontros, as discussões estiveram sempre relacionadas ao cotidiano das respectivas famílias, buscando proporcionar a reflexão sobre as diferenças individuais, a importância do papel enquanto cuidadores e conseqüentemente de seus comportamentos, que poderiam resultar em violências.

As autoras citadas acima, apontam que o trabalho da equipe possibilitou que as famílias refletissem sobre suas próprias vivências e, por outro ângulo, permitiu que dessem os primeiros passos para a mudança, podendo colaborar no enfrentamento das violências. O trabalho em grupo proporcionou o falar, o ouvir, o compartilhar, o discutir, o refletir e o olhar para os aspectos positivos de seus familiares, sendo esses fundamentais para iniciar a mudança no contexto familiar, e isso foi possível observar nos discursos e postura das famílias acompanhadas.

Nesse sentido, de apresentar os resultados que o PAIF trazem para a vida das pessoas, cita-se Santos (2012), desenvolveu uma pesquisa, a qual teve como objetivo analisar o processo de Execução do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à família, pelo CRAS “Lázara Aparecida de Meira” no município de Guareí-SP, avaliando os resultados atingidos com a execução do serviço. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica e a técnica exploratória, utilizou observação, visando examinar a estrutura do serviço oferecido, bem como o comportamento e os anseios das famílias, aplicou-se questionários com 50% dos

usuários participantes do PAIF, com o objetivo de examinar a configuração das famílias e para um aprofundamento sobre as implicações do serviço ofertado e o papel social desempenhado pelo PAIF ao olhar das famílias atendidas.

De acordo com Santos (2012), o foco principal do PAIF consiste no atendimento à família através da Equipe Técnica de Proteção Social Básica, organizou-se através dos atendimentos os grupos: Grupo de Relacionamento: teve como objetivo a orientação sobre questões de relacionamento conjugal (ex: ciúmes, álcool, etc...) e familiar; Grupo de Orientação: teve como objetivo a orientação as mães sobre questões com os filhos como por exemplo: limites, birras, uso da chupeta, a importância da frequência escolar entre outros. Os atendimentos Familiares objetivou acompanhar e orientar as famílias com os temas de higiene pessoal e da residência, álcool e outras drogas, problemas com filhos e principalmente o relacionamento familiar. Quando necessário as técnicas fazem visitas domiciliares e encaminhamentos à rede de proteção social aos integrantes do grupo. Os grupos sugerem temas a serem discutidos de forma natural, relatando dificuldades e problemas decorrentes do dia a dia. Em alguns momentos a psicóloga e a assistente social levam temas específicos para serem discutidos. A amostra da pesquisa foi constituído por 170 usuários, 50% do total de famílias acompanhadas pelo PAIF, no ano de 2012.

De acordo com Santos (2012), os resultados da pesquisa apontaram que o PAIF é procurado pelo público adulto, que busca capacitação profissional, equilíbrio emocional individual e /ou familiar para ampliar suas chances de melhoria na qualidade de vida. Verificou-se que a maioria dos atendidos é público feminino, sendo que 44,5% apresentam baixa escolaridade ou ausência dela, demonstrando mais uma vez a importância deste atendimento, que instrumentaliza aqueles que têm menores oportunidades de inserção no mercado de trabalho. Notou-se que mesmo não sendo função do PAIF trabalhar aspectos da saúde dos usuários, obteve-se melhora da saúde, conseqüentemente ampliando sua qualidade de vida.

Santos (2012) conclui que a realização de um trabalho sócio-educativo com estas famílias, através dos questionários aplicados apontou que as mesmas valorizam o trabalho ofertado, que ajuda a melhorar a saúde, a convivência familiar e comunitária, o conhecimento, a inserção no mercado de trabalho, concluindo que há melhora na qualidade de vida dos usuários. O PAIF é um caminho de possibilidades para se conhecer e realizar trabalhos viáveis ao contexto e demanda vivenciada por cada família.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS (ou) CONCLUSÕES

Por meio deste artigo que analisou oito experiências diferentes realizadas no Serviço de Proteção e Atendimento Integral- PAIF no âmbito do Brasil vê-se a importância do trabalho, pois contribui para que famílias em situação de vulnerabilidades ou risco social fossem incluídas em programas sociais, permite com que comunidades e famílias sejam preparadas para lidar de forma estratégica com os problemas surgidos no dia-a-dia do sujeito que sofre.

Sob essa perspectiva, observou-se que as experiências do PAIF estão alinhados com os objetivos da PNAS: promoveram o acesso a serviços, programas e benefícios de proteção social básica e, ou, especial para famílias, indivíduos e grupos que necessitavam. Contribuiu com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais. Assegurou-se que as ações no âmbito da assistência social tivessem centralidade na família, garantindo a convivência familiar e comunitária.

Nessa perspectiva, o foco das ações socioassistenciais e socioeducativas das experiências de PAIF citadas acima, supriram as necessidades das famílias e a garantia dos direitos de cidadania, cujas propostas e ações perpassam o âmbito específico de uma política, para uma perspectiva intersetorial, integrada e articulada.

As ações executadas no PAIF, nas experiências que esse artigo descreveu como: oficinas, grupos, debates, visitas domiciliares, apontaram que atingem o objetivo do serviço, ou seja, previnem situações de risco social, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Atuaram de forma preventiva, protetiva e proativa, reconhecendo a importância de responder às necessidades humanas de forma integral, para além da atenção a situações emergenciais, centradas exclusivamente nas situações de risco social.

Destaca-se que o PAIF tem por função “apoiar” a família no desempenho de sua função protetiva, num dado território, caso as famílias tenham o desejo de fortalecer sua capacidade protetiva. Logo, o trabalho social com famílias do PAIF não tem como objetivo “obrigá-las” a cumprir tal papel protetivo. Nos temas debatidos nas oficinas do PAIF que esta pesquisa destacou, salientou-se temas do dia- a dia das pessoas, das dificuldades que possuem, sendo assim estava conectados com a realidade dos usuários, executando um trabalho que fizesse sentido para estes sujeitos.

Conforme a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, (2009) o PAIF é baseado no respeito à heterogeneidade dos arranjos familiares, aos valores, crenças e

identidades das famílias. Fundamenta-se no fortalecimento da cultura do diálogo, no combate a todas as formas de violência, preconceito, de discriminação e de estigmatização nas relações familiares. Assim nesse sentido, observou-se as que na presente pesquisa, as ações foram desenvolvidas com famílias que possuem pessoas que precisavam de cuidado, focou-se na troca de informações sobre questões relativas à primeira infância, à adolescência, à juventude, ao envelhecimento e deficiências, a fim de promover espaços para a troca de experiências, expressão de dificuldades e reconhecimento de possibilidades. (Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, 2009.) Destaca-se que o objetivo foi oferecer às famílias, que possuem membros que necessitam de cuidados, espaços de socialização das experiências vividas, de elaboração de meios de enfrentamento de dificuldades e de reconhecimento de potencialidades, de modo a preservar e fortalecer o convívio familiar e social. Tais ações também tiveram foco a troca de informações sobre as formas de cuidar de pessoas dependentes, bem como a formação, identificação e potencialização de redes de apoio às famílias que vivenciam essa experiência.

Identificou-se nos temas tratados nas oficinas ou grupos com as famílias, que possibilitam a superação vulnerabilidade vivenciadas por toda a família, contribuindo para sua proteção de forma integral, materializando a matricialidade sociofamiliar no âmbito do SUAS. Os resultados apresentados com o trabalho desenvolvido no PAIF apontam que as equipes realizam suas ações pela ótica do direito, e devido à diversidade das demandas familiares, realizarem o planejamento prévio dessas ações, ou seja, há elaboração de uma metodologia para que o trabalho com essas famílias surta resultados e para que auxilie no processo de construção de respostas profissionais sustentáveis. Concluindo o trabalho desenvolvido nos PAIFs relatados através dos oito artigos analisados mostraram uma postura ética frente às diversas demandas apresentadas pelas famílias, não deixando seus valores e suas crenças influenciarem neste trabalho, preservando com estas famílias suas diversas histórias de vida, com o intuito de não cair no paradigma de “culpabilização” da família por sua situação de pobreza, desemprego, entre outros, promovendo autonomia e superação das vulnerabilidades apresentadas.

REFERÊNCIAS

BLOGOSLAWSKI, Ilson Ramos. FACHINI, Olímpio. FAVERI, Helena Justen. **Educar para pesquisa: normas para produção de textos científicos**. 3.ed. Rio do Sul: Nova Terra, 2008.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de et al. **Serviço de proteção social às famílias**. São Paulo: IEE/PUC-SP; Brasília: Secretaria de Assistência Social/MPAS, 1998.

FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.
Furtado, J. P. (2007). **Equipes de referência: arranjo institucional para potencializar a colaboração entre disciplinas e profissões**. *Interface – comunicação, Saúde, Educação*, 11, 239-255.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

LEI ORGÂNICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (LOAS), Lei nº8.742, de 7 de dezembro de 1993, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 8 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.

Lei 12.435 de 6 de julho de 2011- Sistema Único de Assistência Social.

LOLIS, Dione; MITIKO KOGA KURIKI, Lisa. **Intervenção com a família pra o fortalecimento dos vínculos familiares no enfrentamento da violência contra a criança e o adolescente**. *SERV. SOC. REV., LONDRINA*, V. 15, N.1, P. 65-88, JUL./DEZ. 2012

MAGALHÃES, Sabrina da Silva; SILVA, Vanessa Oliveira; OLIVEIRA, Juliene Aglio. **O desafio do fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários nos CRAS de Alvares Machado e Regente Feijó**. *Seminário Integrado- ISSN 1983-602*. Toledo- São Paulo. 2012.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento. Pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: MIOTO, R. C. T. *Família e Serviço Social: contribuição para o debate*. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, Cortez, n.55, p.115-130, 1997.

MIOTO; R. C. T. **Família, trabalho com família e Serviço Social**. *Serviço Social em Revista*, Londrina, v.12, n.2, p. 163-176, 2010.

Murta, Sheila Giardini. **A Clínica Ampliada e as Políticas de Assistência Social: uma Experiência com Adolescentes no Programa de Atenção Integral à Família**. *Revista Eletrônica de Psicologia e Políticas Públicas Vol.1 N°1*, 2009. Acesso através do site do CRP-09 www.crp09.org.br

NASCIMENTO, Luciana Pereira Vieira; LORENTZ, Graziela Almeida. **Programa bem me quer: Fortalecendo vínculos desde á gravidez**. 1º Revista da Jornada Científica da Assistência Social de Vitória, 2011.

Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social (NOBRH/SUAS); 2006.

Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS) 2005

Orientações Técnicas Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. Brasília. 2009

Orientações Técnicas sobre o PAIF – O Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Vol. I. (BRASIL, 2012a)

Orientações Técnicas sobre o PAIF – Trabalho social com Famílias do Serviço de Atendimento Integral a Família. Vol. II” (BRASIL, 2012b).

PETERLE, Paôla Danielly Uliana; MOREIRA, Renata Couto. **Mulheres unidas contra a violência – MUCAV: Relato de experiência de um coletivo de mulheres em São Pedro.** 1ª Revista da Jornada Científica da Assistência Social de Vitória. 2011 – nº 01

POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (PNAS), aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social por intermédio da Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004, e publicada no Diário Oficial da União – DOU do dia 28 de outubro de 2004.

RUSSO, O. **O CRAS e a nova assistência social.** 2006. Disponível em: <<http://www.fomezero.gov.br/artigo/o-cras-e-a-nova-assistencia-social-osvaldo-russo>>. Acesso em: 07 Mar. 2015.

SANTOS, Adriana Aparecida et al. **Trabalhando com famílias vulnerabilizadas: dinâmicas orientadas na perspectiva do SUAS.** Londrina – SC: Bianconi, 2006.

Santos, Bruna de Oliveira. **Análise da execução do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF- no município de Guareí- SP. 2012.**

Sanvezzo, Caroline P.; Sperandio, Lima, Letícia; Paloma M. C. Carneiro; Batista, Suelen Ap. **A contribuição que o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos propicia no cotidiano dos indivíduos e famílias atendidas no centro de apoio à Família que se encontra em situação de desproteção social.** Presidente Prudente, SP. 2014.

SIMÕES, Carlos. *Curso de Direito do Serviço Social.* São Paulo: Cortez, 2008.

Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. 2009

TONINATO, JulianySaqueti; TAVARES Thaimelly; Pessini, Maria Adelaide. **As contribuições do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) às Famílias em vulnerabilidade/risco social.** Akrópolis, Umuarama, v. 18, n. 4, p. 247-261, out./dez. 2010

TRZINSKI, Clarete; VEIVERBERG, Taise; FAVERO, SIRLEI Cetolin; PINHEIRO, Eliane. **CRAS de Saltinho: rumo ao fortalecimento da rede de serviços Socioassistenciais.** Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 9, n. 2, p. 298 - 308, ago./dez. 2010.